

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)

PERGUNTA Número 3804/XI ( 2 .ª)

**Assunto: Situação do Aviário das Várzeas**

Assembleia da República Gabinets do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada 393944	Publique-se
Classificação	614111
Data 05/04/02	Q Secretário da Mesa
11/04/05	<i>RCC</i>

**Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

Par determinação de 36/05/06  
Sra Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

17.04.06

*lmb*

A situação do funcionamento do Aviário das Várzeas e dos impactos que tem tido na qualidade de vida dos residentes da zona é um problema muito antigo que se arrasta desde 1986. Os moradores têm apresentado inúmeras queixas sobre os maus cheiros e proliferação de grandes quantidades de moscas ao longo dos anos com resultados escassos e transitórios.

Numa vistoria de 14 de Julho de 2010, o Técnico de Saúde Ambiental identificou um número considerável de problemas logísticos, de higiene, no seu Relatório Técnico relativo ao Processo de Saúde Pública 17/2006, confirmando as queixas dos moradores. O técnico da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos da Câmara Municipal do Cartaxo, também presente na vistoria, confirmou as informações do Técnico de Saúde Ambiental.

No entanto, à data desta vistoria, a entidade que explora este equipamento já tinha visto a sua licença renovada até 2016, renovação particularmente estranha se tivermos em conta a situação referida.

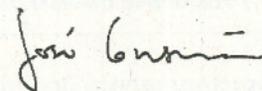
Acresce que a fiscalização das recomendações feitas após a vistoria de Julho de 2010 foi realizada numa vistoria com aviso prévio realizada a 18 de Novembro pela DRAPLVT. Vários moradores identificaram operações de limpeza das instalações nos dois dias anteriores à vistoria. A Agência Portuguesa do Ambiente não foi convocada, embora o Auto de Vistoria refira a necessidade de uma nova vistoria a levar a cabo por esta entidade.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, as seguintes perguntas:*

1. Por que razão são estas vistorias realizadas com aviso prévio, sendo o objecto da fiscalização as condições logísticas, mas também as práticas correntes de funcionamento destes equipamentos?
2. Está planeada alguma vistoria por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, como consta da recomendação do Auto de Vistoria de 18 de Novembro?
3. Em face dos rumores que circulam na zona sobre o encerramento desta exploração, tem V. Exa. conhecimento da entrega de algum plano de encerramento, como é obrigatório por lei?

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

O Deputado,



José Gusmão